



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 65ª reunião, realizada em 27 de outubro de 2021

1 Em 27 de outubro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram
5 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de
6 Oliveira Trovão, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);
8 Marianna Reis Victoria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
9 (Sede); Ana Luiza de Aguilar Duarte, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
10 Mobilidade (Seinfra); Kátia Regina da Silva, do Conselho Regional de Biologia
11 (CRBio) - 4ª Região; Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio
12 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Gabriel
13 Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
14 Gerais (Crea). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da
15 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento
16 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Luiz Gustavo
17 Nunes Vieira da Silva, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda);
18 Edson Valgas de Paiva, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio
19 Doce; Leovegildo Soares de Souza, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção
20 Minas Gerais (OAB); Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do
21 Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO
22 NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.**
23 O presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 65ª reunião
24 da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas e fez leitura do
25 memorando da Secretaria Executiva do COPAM por meio do qual é designado para
26 presidir a sessão. Em seguida, foram feitas exibições de vídeos institucionais sobre
27 premiações recebidas pelo Sisema no Prêmio Gestão Ambiental, da organização
28 Zeladoria do Planeta, relativos ao programa Limoeiro em Ação (Parque Estadual
29 Mata do Limoeiro), programa Diálogos com o Sisema, programa Fapi e Sistema de
30 Emissão de Boletins e Alertas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E
31 ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento:
32 “Aproveitando a premiação do Diálogos com o Sisema, eu queria fazer uma
33 pergunta que tenho feito recorrentemente. No dia 7 de abril, nós tivemos um evento
34 com especialistas em Campos Rupestres Ferruginosos, que apontaram a urgência
35 e a necessidade de se rever a legislação mineira em termos de compensação de
36 Campos Rupestres Ferruginosos. Naquela ocasião, o presidente Antônio Malard
37 ficou de dar andamento nessas questões, e nós nunca tivemos um retorno sobre

38 isso. Então eu venho mais uma vez perguntar se há algum encaminhamento a
39 respeito da compensação e da legislação relacionada a compensação de Campos
40 Rupestres Ferruginosos em Minas Gerais.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
41 Trovão: “Fica registrado, e depois a Secretaria traz informações sobre isso.”
42 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Todas as vezes que eu faço essa
43 pergunta, é a mesma questão, ‘traremos uma resposta, traremos uma resposta’. Só
44 para deixar registrado também que, recorrentemente, temos tido a resposta de que
45 receberemos uma resposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como
46 estou presidindo esta reunião, e a Carol, caiu a conexão dela, ela não pôde ouvir,
47 nós vamos repassar essa informação para ela, que, podendo, traz a resposta ainda
48 hoje, talvez no final da reunião.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva:
49 “Senhor presidente, eu solicitei na última reunião que a presidente trouxesse para
50 os conselheiros o valor que tem contingenciado das compensações ambientais e
51 quanto o governo do Estado investe em regularização fundiária. Porque existe um
52 discurso institucional, um discurso de parte da sociedade, de que não existe dinheiro
53 para criação de áreas protegidas e por isso não se devem criar áreas protegidas.
54 Porém, essa informação é uma inverdade. Por isso que eu solicito esses dados.
55 Solicitei na última reunião, porém não está em pauta para esta reunião. Eu gostaria
56 de saber se tem uma previsão de quando trazer, porque está na moda agora a fake
57 news, então essa é mais uma fake news que anda espalhada por aí, anda dentro
58 da sociedade como um todo, e eu queria trazer essa verdade.” Presidente Yuri
59 Rafael de Oliveira Trovão: “Entendido, conselheiro. Assim como do conselheiro
60 Alexandre, as gerências do IEF estão aqui e, podendo trazer essa informação ainda
61 hoje ou então como ponto de pauta na próxima reunião, assim que possível.”
62 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Eu só queria reforçar o pedido do
63 colega conselheiro Luiz Gustavo também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
64 Trovão: “Ok, reforçado. A equipe do IEF aqui presente vai verificar essas questões.
65 E, como eu disse, podendo trazer ainda nesta reunião ao final, traremos para os
66 senhores.” **4) EXAME DA ATA DA 64ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata
67 da 64ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas,
68 realizada em 22 de setembro de 2021. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
69 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5)**
70 **MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO**
71 **DE PARCERIA E INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CPB PARA COMPOR**
72 **A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA - EDITAL IEF Nº**
73 **01/2021 - PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE: SELEÇÃO PÚBLICA DE**
74 **ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA OU QUE PRETENDA**
75 **QUALIFICAR-SE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE INTERESSE PÚBLICO DO**
76 **ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA COM**
77 **O OBJETO DE APOIO ÀS AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE DE**
78 **CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE.** Apresentação: IEF.
79 Após apresentação pelo IEF sobre a celebração do termo de parceria, a Câmara
80 deliberou por unanimidade a indicação do conselheiro Edson Valgas de Paiva, da

81 Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce, como membro
82 representante da CPB na comissão de avaliação. Votos favoráveis: Segov, Sede,
83 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, OAB e Uemg. O conselheiro
84 representante da Relictos, que se colocou à disposição da Câmara para compor a
85 comissão, não participou da votação. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
86 **EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2021. 6.1) CJE**
87 **Empreendimentos Imobiliários S/A. Loteamento Três Vales. Loteamento do**
88 **solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais. Nova**
89 **Lima/MG. PA 22926/2015/001/2016, SEI 2100.01.0038778/2020-27. Classe 4.**
90 **Apresentação: GCARF/IEF. Retorno de vista: Câmara do Mercado Imobiliário.**
91 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.**
92 **Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,**
93 **Relictos, OAB e Uemg. 6.2) Mairon Mânica. Fazenda Cedro e Cachoeira.**
94 **Culturas anuais, excluindo a olericultura; criação de ovinos, bovinos de corte**
95 **e búfalos de corte; aquicultura convencional; beneficiamento primário de**
96 **produtos agrícolas; armazenamento de grãos; barragem de irrigação ou**
97 **perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida;**
98 **armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins; ponto de**
99 **abastecimento. Paracatu/MG. PA 15402/2012/001/2014, SEI**
100 **2100.01.0020516/2020-50. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação**
101 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**
102 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,**
103 **OAB e Uemg. Destaques da votação. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:**
104 **“Favorável. Apenas registrando, como costume em todas as reuniões, a**
105 **discordância da Fiemg na dupla marcação dos biomas nos itens 6.2, 6.3, 6.4 e 6.11.”**
106 **Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável, com as mesmas**
107 **divergências apontadas pelo conselheiro da Fiemg. 6.3) Renato Muller. Fazenda**
108 **Agromil. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos**
109 **agrossilvipastoris, exceto horticultura; barragem de irrigação; beneficiamento**
110 **primário de produtos agrícolas; posto de abastecimento; usina solar**
111 **fotovoltaica. Paracatu/MG. PA 00950/2004/005/2019, SEI 2100.01.0061592/2020-**
112 **96. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
113 **unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,**
114 **CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 6.4) Gilberto**
115 **Zancanaro. Fazendas Decisão e Ribeirão do Meio e Buriti. Culturas anuais,**
116 **semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto**
117 **horticultura; beneficiamento de produtos agrícolas: limpeza, lavagem,**
118 **secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de**
119 **sementes; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; postos**
120 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**
121 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**
122 **combustíveis de aviação. Unaí/MG. PA 08046/2004/002/2014, SEI**
123 **2100.01.0013277/2021-45. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação**

124 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
125 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
126 OAB e Uemg. **6.5) Gerdau Açominas S/A. Mina Várzea do Lopes. Lavra a céu**
127 **aberto, minério de ferro. Itabirito/MG. PA 01776/2004/029/2018, SEI**
128 **2100.01.0024727/2021-34. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
129 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
130 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
131 OAB e Uemg. **6.6) JMN Mineração S/A. Mina Morro dos Coelhos. Lavra a céu**
132 **aberto, minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) com**
133 **tratamento a úmido; disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da**
134 **mineração em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo; pilhas de**
135 **rejeito/estéril, minério de ferro; postos revendedores, postos ou pontos de**
136 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**
137 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Desterro de**
138 **Entre Rios e Piracema/MG. PA 14945/2011/004/2018, SEI**
139 **2100.01.0047771/2021-04. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
140 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
141 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
142 OAB e Uemg. **6.7) Belmont Construções, Transporte e Mineração Ltda.**
143 **Extração de rochas (gnaisse) para produção de britas; Unidade de Tratamento**
144 **de Minerais (UTM) com tratamento a seco; pilha de rejeito/estéril. São Gonçalo**
145 **do Rio Abaixo/MG. PA 24433/2017/003/2019, SEI 2100.01.0013924/2021-3.**
146 **Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
147 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
148 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **6.8) Pedreira**
149 **Santa Mônica Ltda. Extração de rocha para produção de britas com ou sem**
150 **tratamento; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM); obras de infraestrutura**
151 **(pátios de resíduos, produtos e oficinas); pilhas de rejeito/estéril; estradas**
152 **para transporte de minério/estéril; posto de abastecimento; retificação de**
153 **curso d'água. Juiz de Fora/MG. PA 00084/1998/008/2018, SEI**
154 **2100.01.0045706/2021-81. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
155 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
156 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
157 OAB e Uemg. **6.9) Gerdau Açominas S/A. Mina de Miguel Burnier. Pilha de**
158 **estéril/rejeito MB2. Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Ouro Preto/MG.**
159 **PA 06646/2015/002/2017, SEI 2100.01.0017443/2021-83. Classe 4.**
160 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
161 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
162 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **6.10) Organizações**
163 **Francap S/A. Fazenda São Francisco e Santo Antônio. Avicultura de corte;**
164 **criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte; culturas**
165 **anuais, excluindo olericultura. Pará de Minas e São José da Varginha/MG. PA**
166 **10556/2012/002/2016, SEI 2100.01.0023970/2021-06. Classe 4. Apresentação:**

167 **GCARF/IEF.** Processo baixado em diligência pela Presidência, conforme orientação
168 jurídica do IEF, para revisão do Parecer Único quanto à marcação do item
169 'transformação ambiente lótico em lântico' na planilha de grau de impacto, com base
170 nas novas informações apresentadas pelo empreendedor. **6.11) Agropecuária**
171 **Figueiredo Ltda. Fazenda Mundo Novo. Culturas anuais, excluindo a**
172 **olericultura; cafeicultura; barragem de irrigação ou de perenização para**
173 **agricultura sem deslocamento de população atingida; beneficiamento**
174 **primário de produtos agrícolas; silvicultura; armazenagem de grãos ou**
175 **sementes não associada a outras atividades listadas; comércio e/ou**
176 **armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins; postos**
177 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**
178 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**
179 **combustíveis de aviação. Paracatu/MG. PA 11443/2014/001/2017, SEI**
180 **2100.01.0041347/2021-16. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
181 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
182 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
183 OAB e Uemg. **6.12) Iguazu Caratinga Energia Ltda. PCH Inhapim. Barragem de**
184 **geração de energia hidrelétrica; subestação de energia elétrica; linhas de**
185 **transmissão de energia. Inhapim/MG. PA 01307/2002/007/2017, SEI**
186 **2100.01.0005806/2021-02. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
187 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
188 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
189 OAB e Uemg. **6.13) LD Celulose S/A. Fabricação de celulose e/ou pasta**
190 **mecânica; usinas de produção de concreto comum. Indianópolis e**
191 **Araguari/MG. PA 18492/2018/002/2019, SEI 2100.01.0060788/2021-73. Classe 6.**
192 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
193 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
194 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **7) PROCESSO**
195 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
196 **DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**
197 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Cemig Distribuição S/A.**
198 **Linha de Distribuição (LD) Martinho Campos. Pompéu 2. Martinho Campos e**
199 **Pompéu/MG. SEI 2100.01.0007496/2021-59. Apresentação: Regional Norte.**
200 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
201 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
202 Relictos, OAB e Uemg. **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
203 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE**
204 **EMPREENHIMENTOS MINERÁRIOS. 8.1) Imerys do Brasil Comércio e Extração**
205 **de Minérios Ltda. Pilhas de rejeito, minério de ferro; lavra a céu aberto ou**
206 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento. Doresópolis/MG. PA**
207 **00848/2006/001/2013, ANM 831.609/1984. Classe 3. Apresentação: Regional**
208 **Norte.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
209 Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,

210 Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8.2) Novabrita - Britadora Nova Serrana Ltda.**
211 **Extração de rochas para produção de britas com ou sem tratamento; Unidade**
212 **de Tratamento de Minerais (UTM); pilhas a céu aberto; pilha estéril e UTM.**
213 **Nova Serrana/MG. PA 00517/2001/2009/2015, ANM 832496/1992. Classe 3.**
214 **Apresentação: Regional Norte.** Compensação ambiental aprovada por
215 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
216 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8.3) Pedreira**
217 **Irmãos Machado Ltda. Extração de rochas para produção de britas; pilhas de**
218 **rejeito/estéril, extração de rocha para produção de britas. Ouro Preto/MG. PA**
219 **03008/1995/016/2021, ANM 43.306/56. Classe 3. Apresentação: Regional Norte.**
220 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
221 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
222 Relictos, OAB e Uemg. **8.4) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A.**
223 **Aterro de resíduos perigosos de origem industrial. Nova Lima/MG. PA**
224 **00089/1985/052/2018, ANM 000.322/1973, SEI 2100.01.0059640/2020-32. Classe**
225 **6. Apresentação: Regional Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por
226 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
227 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8.5) Vale S/A.**
228 **Ampliação das PDEs Menezes III-A, Sul e Norte I da Mina Córrego do Feijão.**
229 **Estradas para transporte de minério/estéril; pilha de rejeito/estéril.**
230 **Brumadinho/MG. PA 00245/2004/040/2008, ANM 004.757/1940 e 007.307/1956,**
231 **SEI 2100.01.0020910/2021-79. Classe 6. Apresentação: Regional Metropolitana.**
232 Processo retirado de pauta pela Presidência, pelo motivo de ter sido deliberado na
233 62ª reunião e pautado equivocadamente nesta sessão. **8.6) Vale S/A. Projeto**
234 **Capanema a Umidade Natural. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**
235 **tratamento a seco. Itabirito, Ouro Preto, Santa Bárbara/MG. PA**
236 **16416/2017/001/2018, AMNs 001.016/1963; 012.360/1967 e 830.889/1982, SEI**
237 **2100.01.0024227/2021-51. Classe 5. Apresentação: Regional Metropolitana.**
238 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
239 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
240 Relictos, OAB e Uemg. **8.7) Vale S/A. Ampliação da Pilha de Disposição de**
241 **Estéril Barnabé. Pilhas de Rejeito Estéril. Congonhas/MG. PA**
242 **15195/2007/068/2009, AMN 930.925/2005, SEI 2100.01.0020921/2021-73. Classe**
243 **6. Apresentação: Regional Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por
244 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
245 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8.8) Vale S/A. Mina**
246 **Capitão do Mato. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco,**
247 **minério de ferro; pilha de rejeito estéril. Nova Lima/MG. PA**
248 **00237/1994/081/2006, AMN 931198/85, SEI 2100.01.0020833/2021-24. Classe 6.**
249 **Apresentação: Regional Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por
250 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
251 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8.9) ArcelorMittal**
252 **Brasil S/A. Lavra a céu aberto, minério de ferro. Itatiaiuçu/MG. PA**

253 **00366/1990/038/2017, SEI 2100.01.0041838/2020-51. Classe 6. Apresentação:**
254 **Regional Noroeste.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos
255 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama,
256 Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8.10) Monteminas Minérios Ltda.**
257 **Projeto Água Brava. Pesquisa mineral, com ou sem emprego de guia de**
258 **utilização, com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao**
259 **bioma mata atlântica em estágios médio e avançado de regeneração.**
260 **Congonhas/MG. PA 11841/2019/001/2019, ANM 834.596/2007, SEI**
261 **2100.01.0020719/2021-95. Classe 3. Apresentação: Regional Noroeste.**
262 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
263 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
264 Relictos, OAB e Uemg. **9) PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE**
265 **RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E**
266 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XIII DO ARTIGO 13 DO DECRETO**
267 **ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) Contratação de empresa para elaboração de**
268 **projeto de trilhas ecológicas no Parque Estadual de Paracatu. Apresentação:**
269 **Regional Noroeste.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos do
270 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,
271 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **10) PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE**
272 **CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO**
273 **IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 10.1) Plano de**
274 **Manejo da APA Vargem das Flores. Apresentação: GCMUC/IEF. Retorno de**
275 **vista: Amda, Fiemg e CMI.** Processo retirado de pauta com pedidos de vista de
276 CMI, Amda e Fiemg, conforme justificativas e esclarecimentos registrados a seguir.
277 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Nessa questão do plano de manejo da
278 APA Vargem das Flores, é uma questão que viemos acompanhando já há algum
279 tempo. Esse processo esteve em pauta e foi retirado de pauta por várias vezes, e
280 tivemos um primeiro pedido de vista lá no início. Infelizmente, uma vista com prazo
281 muito curto, porque, por um azar, tivemos uma extraordinária logo depois, e por uma
282 questão muito complexa. Quanto mais aprofundamos na análise desse estudo,
283 vemos que ele foi feito num prazo muito curto, foi feito inteiro em 2020, muito abaixo
284 da batuta da Copasa, que, por alguma razão, não entendemos exatamente por que
285 é uma empresa que goza de benefícios especiais, de algum tipo de privilégio da
286 parte do Ministério Público, às vezes até numa linha de defesa do ativo dela, do
287 insumo industrial da Copasa. E quando vemos o estudo faltam muitas análises,
288 acabou sendo um estudo muito superficial. Mas importante agora para o nosso
289 ponto de pauta é que houve uma revisão extensiva do plano de manejo apresentado
290 inicialmente para o que foi apresentado nesta reunião. Alterou-se mapa, parece que
291 houve alteração de texto, e de novo, no curto prazo de preparação da reunião, não
292 conseguimos ter o alcance e a abrangência que esse regramento proposto produz.
293 Tem ali tanto a questão ambiental, mas também questão de atividade econômica,
294 questão de atividade logística intensiva em proximidade da BR-040, atividade
295 industrial; tem uma pressão forte de habitação de baixa renda e de alto padrão, tem

296 uma tendência e indicativo forte de invasão. Enfim, além disso, um plano diretor
297 municipal em pleno desenvolvimento, com as conferências acontecendo agora. Mas
298 o que nos interessa? O que foi colocado agora é um plano de manejo revisto em
299 muitos aspectos, e não conseguimos avaliar a tempo. Por essa razão, eu queria
300 fazer um novo pedido de vista, para proceder à análise desse novo plano e aí
301 conseguir, pelo menos, fazer uma análise de repercussão melhor do que fizemos
302 na última análise dessa questão. Sabemos que as repercussões são grandes, tem
303 grande alcance social e risco de problemas graves por uma posição impensada da
304 APA. Pelo que conhecemos, em geral, o zoneamento de APA é definitivo, raramente
305 acontece revisão. A questão merece esse grau de cuidado. E como houve essa
306 revisão do conteúdo do plano de manejo para essa colocação nós entendemos que
307 há fato novo a ensejar esse novo pedido de vista.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
308 Trovão: “Então o pedido de vista do senhor se baseia que o processo que foi
309 apresentado inicialmente, que foi objeto de vista do senhor no primeiro momento foi
310 alterado, e essa alteração ensejaria um novo pedido de vista. É esse o entendimento
311 em que o senhor está se baseando para a solicitação de vista. É isso?” Conselheiro
312 Adriano Nascimento Manetta: “Exato, alterou mapa, alterou texto, esse tipo de
313 coisa.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Eu também gostaria de
314 solicitar o pedido de vista pelo mesmo motivo apresentado pelo conselheiro Adriano
315 Manetta. E solidarizo com ele no que diz respeito ao curto período de tempo
316 apresentado na primeira vez, e agora com essas alterações nós também
317 precisamos revisar o nosso pedido de vista, que está ultrapassado.” Presidente Yuri
318 Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, só explicando que o prazo, por
319 si só, não enseja um novo pedido de vista. O Regimento trata de forma muito
320 concreta como que é feita a vista. A vista é realizada apenas uma única vez por
321 aquele conselheiro e só pode ser renovada por um fato superveniente, que seria o
322 fato novo. O fato alegado pelo Manetta agora como fato novo é justamente a
323 alteração do projeto, alteração do texto. Então isso ensejaria um fato novo. Eu vou
324 só questionar o IEF. O Manetta, o Thiago, que já convivem comigo em outros
325 conselhos, eu sempre questiono aquele que fez o parecer ou que fez a análise do
326 processo sobre a pertinência, se realmente é isso. Não estou desacreditando dos
327 senhores, viu, Manetta e Luiz, mas eu só quero essa confirmação para subsidiar a
328 minha decisão em relação à nova vista. Em que pese a vista ser regimental e não
329 depende da aquiescência do presidente. Mas o fato novo merecer ser analisado.
330 Então eu só vou solicitar realmente se procede a argumentação, e aí os senhores
331 saem com as vistas em conjunto.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:
332 “Somente para também pedir vista desse processo, acompanhando a Câmara do
333 Mercado Imobiliário e a Amda, com as mesmas justificativas.” Presidente Yuri Rafael
334 de Oliveira Trovão: “Eu gostaria de alguém do IEF que participou, somente para
335 falar brevemente sobre se houve realmente essa alteração de traçado, se houve
336 essa modificação. Só isso já me basta para estar deferindo ou indeferindo a
337 solicitação de vista. Por favor, alguém do IEF poderia se manifestar?” Ana Carolina
338 França Seleme Azevedo/IEF: “Ana Carolina, diretora de Unidade de Conservação

339 do IEF. Eu confirmo, presidente, que houve uma alteração do zoneamento devido
340 ao traçado do Rodoanel apresentado recentemente pela Seinfra.” Presidente Yuri
341 Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Ana. Então vista para os conselheiros
342 Manetta, Luiz Gustavo e Thiago. Algum outro conselheiro acompanha?” Conselheiro
343 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só para pedir ao IEF para nos encaminhar o shape
344 ou kml desse novo zoneamento para poder basear a nossa análise, que ajuda
345 muito.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então vista em conjunto Fiemg,
346 Amda e CMI no item 10.1. Nós tivemos vários inscritos para esse item. Quando em
347 um processo é solicitada vista, ele sai de discussão, não entra em discussão; ele
348 volta na próxima reunião. Isso está na Deliberação Normativa COPAM 177. Então
349 entra, obrigatoriamente, na reunião subsequente, quando serão apreciados o relato
350 de vista e o processo como um todo. Então neste momento não será mais discutido
351 o item 10.1, e todos aqueles que se inscreveram para esse item deverão, caso
352 tenham interesse, se inscrever novamente para o mesmo ponto de pauta na reunião
353 subsequente. Então nós não iremos debater ponto algum em relação ao 10.1, em
354 virtude da solicitação de vista.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Eu
355 gostaria de solicitar o encarte 1, que seria o diagnóstico, se houve alteração em
356 relação ao primeiro. Se não houve alteração, eu já tenho o encarte 1.” Conselheiro
357 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Sobre a questão do plano de manejo da APA
358 Vargem das Flores, a minha questão é se não seria prudente terminar os trabalhos
359 do plano diretor de Contagem para daí, sim, retomar a discussão do plano de
360 manejo. Porque me parece que vamos ficar girando em torno da mesma questão,
361 enquanto o plano diretor não tiver sido concluído.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
362 Trovão: “Isso é uma questão, conselheiro, que fica a cargo do IEF, e o IEF tem que
363 avaliar. O que acontece? Quando o processo é retirado, é pedida vista, ele retorna
364 na pauta subsequente. Nada impede que aqueles relatos de vista feitos pelos
365 conselheiros ou por demanda de qualquer outra entidade façam o IEF pedir a
366 retirada desse ponto de pauta numa reunião subsequente. Eu não conduzi as
367 reuniões anteriores, mas como parece que foi feito. Foi feito o pedido de vista aqui
368 pela pauta, e ele foi retirado de pauta posteriormente. Foi pedida vista, e ele foi
369 retirado de pauta. Nada impede que isso aconteça, mas isso fica a cargo do IEF”.

370 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Só para reforçar, presidente, que
371 me parece que o plano diretor é uma questão vital para esse plano de manejo, e eu
372 entendo que enquanto o plano diretor não tiver sido concluído, para aí então ser
373 incorporado ao plano de manejo da APA, não vamos ter como deliberar sobre esse
374 plano de manejo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Fique registrada
375 a sugestão do senhor.” **10.2) Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual**
376 **do Ibitipoca. Apresentação: GCMUC/IEF. Retorno de vista: Fiemg e CMI.**
377 Revisão do plano de manejo aprovada por maioria nos termos apresentados pelo
378 IEF. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Amda, Relictos,
379 OAB e Uemg. Votos contrários: Fiemg e CMI. Justificativas de votos contrários.
380 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O voto da Fiemg é contrário, não pelo
381 conteúdo do uso turístico, do uso público – nós entendemos a importância dele –,

382 mas por entender que não dá para mexer num plano de manejo sem antes corrigir
383 as ilegalidades presentes nele, como foi demonstrado aqui; e também sem saber,
384 de fato, se isso vai demorar um mês, dois, três, quatro, um ano, cinco anos ou o que
385 quer que seja. Então por esse motivo o voto da Fiemg é contrário.” Conselheiro
386 Adriano Nascimento Manetta: “É com um pesar que eu vou acompanhar o
387 posicionamento do Thiago, conselheiro da Fiemg, porque entendo muito importante
388 a adequação do uso interno, louvável, necessária, mas, na minha percepção, não
389 se pode promover esse destacamento de partes de um plano de manejo da maneira
390 que foi feito. Acaba sendo um regramento extensivo, e regra geral que incide sobre
391 uma série de áreas, inclusive aquelas que não integram o parque. Então, se tem um
392 defeito, não se pode referendar esse defeito. Por essa razão apenas, o voto
393 contrário, acompanhando o posicionamento da Fiemg.” Transcrição das discussões
394 que antecederam a votação deste item de pauta, conforme requerimento da Segov.
395 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O parecer de vista é conjunto Fiemg e
396 Câmara do Mercado Imobiliário. Basicamente, fizemos uma análise das restrições
397 que existem atualmente no plano de manejo do Parque Estadual da Serra do
398 Ibitipoca no que concerne à zona de amortecimento do parque e fizemos as
399 propostas de algumas alterações nessas regras. Todas elas, acho que constantes
400 da página 27 do plano de manejo. A primeira delas: ‘As Áreas de Preservação
401 Permanente (APPs) localizadas na zona de amortecimento do Parque deverão ser
402 mantidas livres de degradação ambiental, incluindo pisoteio de estrato herbáceo de
403 florestas e nascentes por gado.’ A proposta de alteração que nós fizemos foi: ‘A
404 intervenção nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) localizadas na zona de
405 amortecimento do parque deverão seguir as regras da legislação ambiental vigente,
406 em especial a Lei Federal nº 12.651/2012 e a Lei Estadual nº 20.922/2013.’ A
407 justificativa foi que as duas leis permitem intervenção em APP em determinados
408 casos. E a nossa sugestão é que o plano de manejo siga a legislação vigente sobre
409 o tema. Lembrando que esse plano de manejo é mais antigo, então boa parte dessas
410 restrições que estavam colocadas neles são antigas e não condizem com a atual
411 legislação vigente. Por isso também boa parte dessas sugestões. A segunda
412 sugestão segue na mesma linha. O texto do IEF: ‘As propriedades localizadas na
413 ZA deverão ter suas reservas legais protegidas e averbadas.’ A averbação de
414 reserva legal também é algo que acabou na legislação vigente, tanto o Código
415 Florestal quanto a Lei Florestal mineira também não mais exigem averbação. Então
416 a proposta: ‘As propriedades localizadas na ZA deverão ter suas reservas legais
417 protegidas, nos termos da legislação ambiental vigente.’ O terceiro item que
418 trazemos aqui no parecer é: ‘A parcela mínima dos imóveis rurais localizados na
419 zona de amortecimento deverá seguir o estabelecido por lei para o bioma da Mata
420 Atlântica, ou seja, 12 mil m².’ Nós estamos sugerindo a exclusão. Eu não conheço,
421 talvez o IEF conheça a legislação da Mata Atlântica que determine que esses
422 imóveis tenham no mínimo 2.500 m². A Lei da Mata Atlântica, que eu saiba, não tem
423 essa previsão. Se tiver, aí revemos essa posição. E o último item que mencionamos,
424 presidente, eu não vou ler todo porque é muito grande, são vários itens do IEF que

425 estamos propondo a alteração em um único só, a substituição por ele. Como o
426 parecer foi disponibilizado para os conselheiros com antecedência, eu vou ler só a
427 proposta que a Fiemg e a Câmara do Mercado Imobiliário fizeram, que é uma
428 proposta que já trazemos em todos os planos de manejo que chegam aqui, que é o
429 seguinte: 'O licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto
430 ambiental, assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento
431 em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA-
432 Rima, e localizados na zona de amortecimento do parque, só poderá ser concedido
433 após autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de
434 Conservação. No licenciamento de empreendimentos não sujeitos a EIA-Rima
435 localizados na zona de amortecimento do parque, o órgão licenciador deverá dar
436 ciência ao órgão responsável pela administração da UC.' A justificativa é adequação
437 do conteúdo do plano de manejo ao disposto na legislação vigente, em especial a
438 Lei Federal nº 9.985/2000, o Decreto Estadual nº 47.941/2020 e Resolução Conama
439 428/2010. Então o parecer Fiemg e Câmara do Mercado Imobiliário é pela
440 aprovação da revisão do plano de manejo com essas alterações lidas aqui agora."
441 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço, Dr. Thiago. No que pese ter
442 falado que o parecer é em conjunto, de qualquer forma, Manetta, o senhor quer se
443 manifestar?" Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "De conteúdo do parecer é
444 isso mesmo. Manifestação adicional só no sentido de perceber como muito
445 importante a adequação do funcionamento turístico do parque proposto pelo IEF.
446 Muito no sentido do que nós dizíamos de a unidade de conservação ser mais
447 visitada, abraçada, vivenciada pela população e que essas colocações nossas vão
448 muito no sentido de atualização normativa. O plano de manejo é antigo, é muito
449 anterior a essas normativas. Eu acho que o escopo contido é muito assemelhado,
450 mas de caráter atualizado. Só isso." Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da
451 Silva: "A minha sugestão é que, acatando ou não a proposta do IEF, nós possamos
452 votar separadamente cada uma dessas sugestões. Em relação a esse último item
453 citado, 'o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental
454 mediante apresentação do EIA/Rima', nem toda atividade que gera impacto
455 ambiental tem EIA/Rima. Então, se condicionarmos a atuação da unidade de
456 conservação sobre a zona de amortecimento ao EIA/Rima, o órgão ambiental não
457 estará atuando sobre todos os impactos ambientais que ocorreram na zona de
458 amortecimento. Esse é o meu ponto de vista em relação a condicionar todas as
459 atividades que geram potencial impacto ambiental ao EIA/Rima. A lei exige
460 inúmeras atividades que podem gerar impacto à unidade de conservação, a isenção
461 do EIA/Rima, então gera uma contradição." Conselheiro Thiago Rodrigues
462 Cavalcanti: "Só para justificar. Eu já havia falado que a justificativa desse item
463 tratado pelo Luiz Gustavo é em relação à adequação do conteúdo da Lei do Snuc,
464 do Decreto 47.941 e da Resolução Conama 428. Mas aí eu vou somente ler o texto
465 do Decreto 47.941. Não vou ler das outras duas, porque é a mesma coisa. Para não
466 ficar repetitivo. Mas a proposta feita pela Fiemg e CMI, basicamente, é cópia da
467 legislação vigente, pedindo somente o cumprimento do que estabelece a legislação

468 federal e estadual. Artigo 1º do Decreto 47.941: ‘O licenciamento de
469 empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de
470 Conservação - UC específica ou sua Zona de Amortecimento - ZA, assim
471 considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de
472 Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/Rima, só
473 poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração
474 da UC”. Esse é o artigo 1º do Decreto 47.941. E o artigo 13 do mesmo decreto: ‘No
475 licenciamento de empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima passíveis de causar
476 impacto direto em UC ou localizados em sua ZA, o órgão licenciador deverá dar
477 ciência ao órgão responsável pela administração da UC’. Então somente cópia do
478 conteúdo tanto da legislação estadual quanto da legislação federal.” Clarice
479 Nascimento Lantelme Silva/IEF: “Bom dia a todos. Bom dia, presidente. Eu sou
480 Clarice, gerente do Parque Estadual do Ibitipoca. Eu gostaria de fazer um
481 esclarecimento que essa nota técnica trata de alterações pontuais no zoneamento,
482 no plano de manejo do parque com foco no zoneamento, mas direcionado à
483 ampliação da visitação na unidade. E paralelamente nós estamos trabalhando, junto
484 ao conselho consultivo do parque, a revisão da zona de amortecimento. Essas
485 normas realmente precisam, urgentemente, ser revisadas. Tem desatualização na
486 legislação, como pode-se observar. Eu gostaria até de agradecer esse parecer dos
487 conselheiros, que vai contribuir muito nessa discussão que está sendo feita dentro
488 do Conselho. E nós estamos revisando não só as normas, mas também o perímetro,
489 porque precisa ser refinado, porque a precisão cartográfica utilizada na época está
490 trazendo muitos problemas, inclusive para a fiscalização. Às vezes o perímetro
491 passa a ser 5 m, 6 m de uma estrada, então estamos fazendo uma nova proposta
492 de perímetro. Então eu gostaria de solicitar que neste momento a gente foque na
493 aprovação dessa nota técnica de alterações com foco na ampliação da visitação e
494 que fique para um outro momento a continuidade desta revisão da zona de
495 amortecimento. Nós vamos trazer a nossa proposta já considerando esse parecer
496 dos conselheiros daqui. Então eu gostaria de pedir que não fosse alterado isso
497 agora, para trazermos isso num segundo momento, que está na próxima pauta de
498 reunião nossa aqui do conselho, que já vai ser discutida. Na reunião do conselho
499 que tratamos sobre isso, os conselheiros do parque pediram que o IEF já trouxesse
500 a proposta pronta para passar por eles. Então estamos acabando de elaborar essa
501 proposta para apresentar na próxima reunião.” Cristiane/GCMUC/IEF: “Só para
502 complementar, porque eu acho que houve uma confusão, porque foi enviado o
503 encarte 2 do plano de manejo antigo para vocês terem uma referência com relação
504 à nota técnica. Como foi muito pontual, encaminhamos como anexo o plano, só para
505 vocês fazerem alguma comparação. Mas na verdade foram só o zoneamento interno
506 e o programa de visitação que foram alterados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
507 Trovão: “Ok, mas aí eu queria saber o seguinte. O Dr. Thiago coloca algumas
508 considerações, sugestões. Essas sugestões estão sendo acatadas pelo IEF? Eu
509 não entendi bem, Clarice. Você colocou para deixar essas alterações para que
510 sejam realizadas posteriormente? Só para esclarecer ao Conselho o

511 encaminhamento da minha votação aqui. Vocês mantêm a manifestação suas, sem
512 alterá-la conforme parecer conjunto Fiemg e CMI. É isso?” Clarice Nascimento
513 Lantelme Silva/IEF: “Neste momento, sim. E posteriormente nós vamos trazer as
514 alterações da zona de amortecimento, que já podemos aproveitar esse material para
515 contribuir na discussão aqui e apresentar e fazer as alterações na zona de
516 amortecimento no momento específico posterior.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
517 Trovão: “Entendi. Então, senhores conselheiros, o IEF está mantendo o parecer, a
518 manifestação dele, sem as alterações propostas pela Fiemg e CMI.” Conselheiro
519 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, primeiro, não houve confusão da Fiemg
520 e da Câmara do Mercado Imobiliário. Nós vimos que era o plano de manejo antigo,
521 com alteração somente relativa à visitação turística. Acontece o seguinte: esse plano
522 de manejo está completamente desatualizado, com regras contrárias à legislação
523 vigente. Eu não vejo prejuízo de fazermos essa alteração aqui agora. Aliás eu vejo
524 só benefício, porque temos insegurança jurídica com esse atual plano de manejo. E
525 acho que fazer qualquer tipo de alteração desse plano de manejo sem mexer naquilo
526 que é contra o ordenamento jurídico atual é completamente temerário fazer aqui
527 nesta reunião. Se vai vir daqui a um mês, e não se pode fazer essa alteração agora,
528 que se baixe em diligência, presidente, para trazer tudo junto, para podermos votar
529 tudo em conjunto. Eu já adianto que o voto da Fiemg vai ser contra a alteração,
530 mesmo entendendo a importância dela, por entender que o Instituto Estadual de
531 Florestas está querendo manter regras contrárias à legislação vigente dentro de um
532 plano de manejo com essa alteração.” Ana Carolina França Seleme Azevedo/IEF:
533 “Ana Carolina, diretora de Unidade de Conservação. Senhores conselheiros, eu
534 queria complementar que nós estamos fazendo uma alteração do uso público do
535 plano de manejo em função do projeto de concessão da unidade de conservação,
536 do Parc, e a revisão macro do plano de manejo será feita posteriormente. É isso que
537 a Clarice quis dizer para os senhores. Neste momento, precisamos de uma revisão
538 do uso público. Nós concordamos com o conselheiro Thiago, mas entendemos que
539 essa alteração pontual é necessária neste momento, do uso público. E a revisão
540 macro será feita no momento oportuno. Mas o que nós estamos apresentando aqui
541 agora é uma revisão pontual, apenas do uso público da unidade. E faremos, no
542 momento correto, a revisão, considerando, com certeza, todas essas questões
543 apresentadas pelo conselheiro Thiago no seu relato.” Conselheiro Leorges de
544 Araújo Rodrigues: “Eu queria entender se a ilegalidade citada agora existe ou não.
545 É ilegal mesmo ou não?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Quem vai
546 se manifestar pelo IEF? O Dr. Thiago, na opinião dele, esclareceu que existe a
547 ilegalidade. Então a opinião do IEF quanto a essa questão.” Ana Carolina França
548 Seleme Azevedo/IEF: “Nós compreendemos que o plano de manejo realmente está
549 defasado e traz normativas que estão defasadas, conforme trazido pelo conselheiro.
550 No entanto, a nossa proposta aqui não é de uma revisão do plano de manejo como
551 um todo, é apenas do uso público da unidade de conservação. Neste momento, nós
552 não estamos fazendo uma revisão macro do plano de manejo, por isso não estamos
553 trazendo aqui neste momento a revisão das normativas que constam do plano de

554 manejo. Neste momento, nós estamos trazendo uma revisão do uso público. É essa
555 clareza que eu quero trazer. O plano de manejo é antigo, assim como outros planos
556 de manejo que nós temos. No entanto, a revisão é apenas do uso público.”
557 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, minha última manifestação
558 sobre isso. Eu vou dar só um exemplo de uma ilegalidade no atual texto. Se ficarmos
559 com isso mais um mês, mais dois meses, mais três – não sei quantos vão ser –,
560 mas um dos trechos aqui exige averbação de reserva legal de todos os proprietários
561 rurais na zona de amortecimento, e a Lei 12.651/2012 e a Lei Estadual 20.922/2013
562 não mais exigem averbação de reserva legal no Estado de Minas Gerais e no Brasil
563 como um todo. Então aí é só um exemplo de uma ilegalidade dentro do plano
564 atualmente. Não que isso tenha sido culpa do IEF, porque à época que foi feito, d
565 fato, se exigia, mas hoje permanece dessa forma.” Ana Carolina França Seleme
566 Azevedo/IEF: “Conselheiros, eu concordo com o Dr. Thiago em relação à questão
567 das normativas, mas, em que pese essa questão, eu trago aqui a necessidade de
568 votarmos a proposta apresentada de revisão do uso público da unidade de
569 conservação. Mais uma vez, informo que se deve à necessidade de alterarmos o
570 uso público em função do Parc, que é o Programa de Concessão de Unidades de
571 Conservação, de governo, do qual o Ibitipoca faz parte. Então nós estamos trazendo
572 aqui hoje apenas uma necessidade de alteração do plano de manejo no que se
573 refere ao uso público. É uma revisão pontual, não se trata da revisão completa do
574 plano de manejo. Eu pediria para que fosse levado à votação, e, em seguida, no
575 momento oportuno, nós vamos fazer a revisão completa do plano de manejo.”
576 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Eu só queria pontuar que eu acho
577 que existe uma diferença muito clara entre o que é uma desatualização, um
578 documento que está desatualizado, e outra coisa é o documento ser algo que esteja
579 ilegal, como está sendo posto. Então são coisas muito distintas. E eu entendo que
580 a questão do plano de uso público é ideal que caminhe junto com o plano de manejo,
581 mas sabemos que em muitas ocasiões, muito comumente, isso não é possível.
582 Então eu entendo a demanda de atualização do plano de uso público. Eu queria
583 fazer uma pergunta, eu não sei talvez pela minha memória. Mas a concessão do
584 Parque do Ibitipoca, pela qual está sendo discutida também essa questão do plano
585 de uso público, essas adequações, como está? É mais uma pergunta em relação
586 ao andamento da concessão do parque. E há esse entendimento de que
587 desatualização é uma coisa, estar ilegal ou ser ilegal é outra muito diferente.”
588 Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: “Eu queria sugerir que se constasse a
589 íntegra dessa discussão, inclusive com esse compromisso de se atualizar o
590 documento, porque aí fica muito mais confortável votar sabendo que identificamos
591 um problema, mas que neste momento estamos votando uma outra parte não
592 necessariamente correlata a esse problema, e que o órgão responsável vai fazer a
593 correção desse problema. Eu fico mais confortável assim, principalmente neste
594 momento em que vivemos, em que muita gente pega trechos isolados de reuniões
595 para usar contra nós. Então consta tudo na íntegra na ata, e eu fico mais confortável
596 em votar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Pelo Regimento Interno,

597 a ata é descrita de forma sucinta. Mas, por solicitação do conselheiro Leorges, eu
598 solicito que a discussão do item referente ao 10.2, revisão do plano de manejo do
599 Parque Estadual do Ibitipoca, seja descrita na íntegra, sem prejuízo de que hoje as
600 nossas reuniões aqui estão gravadas e ficam disponibilizadas no YouTube. Não
601 sabemos se algum dia isso venha a ser retirado. Mas que seja transcrita em ata a
602 discussão desse ponto. Então, senhores conselheiros, a questão se resume ao
603 seguinte: o IEF entende que a questão que foi colocada pelo Dr. Thiago é relevante,
604 só que isso vai ser considerado quando de uma revisão mais macro de todo o plano
605 de manejo do parque. E que neste momento, por necessidade até mesmo das
606 concessões que estão sendo feitas pelo governo, que seja vista pela necessidade
607 da concessão que esse processo seja mantido em pauta e, por conseguinte, seja
608 votado. Então eu vou manter esse processo em pauta, Dr. Thiago, sem prejuízo das
609 suas considerações, que são relevantes. A própria Ana Carolina entendeu que é
610 relevante, a Clarice também entendeu que esse assunto é relevante. E aí eu pego
611 aqui o gancho do conselheiro Alexandre, eu entendo que não se trata de ilegalidade
612 e, sim, de uma atualização normativa, uma lei foi revogada, foi alterada. Eu acho
613 que não há prejuízo de mantermos o processo em pauta e levarmos a julgamento.
614 Se não há consideração pontual sobre o plano de manejo em relação à visitação,
615 eu vou colocar o processo em votação.” Ana Carolina França Seleme Azevedo/IEF:
616 “A fim de responder o conselheiro Alexandre, o processo de concessão do Parque
617 Estadual do Ibitipoca caminha junto com o Parque Estadual do Itacolomi e está com
618 uma previsão de ir para consulta pública no início de dezembro deste ano ainda.
619 Enfim, por isso que nós estamos interessados em validar apenas a revisão do uso
620 público, já validado pelo conselho da unidade de conservação. E ainda não
621 podemos trazer a questão posta pelo Dr. Thiago porque isso também precisa passar
622 pelo conselho, e nós entendemos que o decreto citado pelo conselheiro de
623 autorização e ciência, de certa forma, traz clareza àquilo que está desatualizado no
624 plano de manejo atual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então em
625 votação o item 10.2 conforme a manifestação da GCMUC, do IEF.” **10.3) Revisão**
626 **do Plano de Manejo Monumento Natural Gruta Rei do Mato. Apresentação:**
627 **GCMUC/IEF.** Item retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg e vista conjunta
628 da CMI. Justificativas. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou já
629 adiantar, nos três planos de manejo, e vou pedir vista nos três: 10.3, 10.4 e 10.5. A
630 justificativa é a mesma, para avaliar o zoneamento e as restrições colocadas nos
631 planos de manejo.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Acompanho os três
632 pedidos de vista, pelo mesmo fundamento.” **10.4) Revisão do plano de manejo**
633 **(uso público e zoneamento) do Parque Estadual do Pico do Itambé.**
634 **Apresentação: URFBio Alto Jequitinhonha.** Item retirado de pauta com pedido de
635 vista da Fiemg e vista conjunta da CMI, conforme justificativas registradas no item
636 10.3, em pedido de vista em bloco. **10.5) Revisão do plano de manejo (uso**
637 **público e zoneamento) do Parque Estadual do Biribiri. Apresentação: URFBio**
638 **Alto Jequitinhonha.** Item retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg e vista
639 conjunta da CMI, conforme justificativas registradas no item 10.3, em pedido de vista

640 em bloco. **11) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA CRIAÇÃO DE RESERVA**
641 **PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN PARA ANÁLISE,**
642 **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO IX DO**
643 **DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 11.1) RPPN Klem. Proprietários: Nagipe**
644 **Viana Klem e Adelina Pires Viana. Área Proposta: 139,0831 ha. Luisburgo/MG.**
645 **SEI 2100.01.0045524/2021-48. Apresentação: GCMUC/IEF.** Criação de RPPN
646 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov,
647 Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg.
648 **11.2) RPPN Vivendas do Taruaçu. Proprietários: Paulo Roberto Gomes e Dilma**
649 **Ramalho Gomes. Área Proposta: 60,1997 ha. São João Nepomuceno/MG. SEI**
650 **2100.01.0057444/2020-57. Apresentação: GCMUC/IEF.** Criação de RPPN
651 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov,
652 Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg.
653 **11.3) RPPN Terra do Sol. Proprietário: Associação Escola da Unidade. Área**
654 **Proposta: 172,1697 ha. Serro/MG. SEI 2100.01.0055692/2021-22. Apresentação:**
655 **GCMUC/IEF.** Criação de RPPN aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
656 Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,
657 Amda, Relictos, OAB e Uemg. **11.4) RPPN Chapada dos Perdizes. Proprietário:**
658 **Ypê Bio Agroflorestal Ltda. ME. Área Proposta: 21,5737 ha. Carrancas/MG. SEI**
659 **2100.01.0033363/2021-50. Apresentação: GCMUC/IEF.** Criação de RPPN
660 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov,
661 Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **12)**
662 **ENCERRAMENTO. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Houve duas**
663 **colocações no início da nossa reunião pelo conselheiro Alexandre e pelo conselheiro**
664 **da Amda. Eu vou passar a palavra para a Ana se manifestar.” Ana Carolina França**
665 **Seleme Azevedo/IEF: “Em relação à manifestação do conselheiro Alexandre em**
666 **relação aos Campos Rupestres, a minha conexão havia caído. Seria isso mesmo?”**
667 **Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “A minha colocação é algo que eu**
668 **tenho recorrentemente pontuado na CPB. No dia 7 de abril, se não me engano,**
669 **tivemos um evento do Diálogos com o Sisema, até aqui no início desta reunião foi**
670 **apresentado como uma iniciativa premiada. Tivemos um Diálogos com o Sisema**
671 **voltado à questão do Campos Rupestres, compensação em Campos Rupestres,**
672 **com uma discussão muito especial sobre Campos Rupestres Ferruginosos. Nessa**
673 **reunião ficou muito claro, eu diria que os maiores especialistas no assunto, de que**
674 **a legislação é bastante inadequada, ultrapassada, ineficiente em termos de**
675 **compensação de Campos Rupestres, especialmente de Campos Rupestres**
676 **Ferruginosos. E naquela ocasião o então presidente Antônio Malard colocou à CPB**
677 **que essa questão seria discutida, tratada e que devidas adequações iriam**
678 **acontecer. Só que isso foi em abril, e nós estamos em novembro, e recorrentemente**
679 **eu tenho, digamos, provocado no sentido de ter uma resposta nesse sentido, e essa**
680 **resposta nunca vem. Então vendo a premiação do Diálogos com o Sisema eu me**
681 **lembrei mais uma vez dessa questão.” Ana Carolina França Seleme Azevedo/IEF:**
682 **“Eu vou passar, imediatamente, hoje, para a equipe da Gerência de Criação e**

683 Manejo de Unidades de Conservação e vou pedir que, até a próxima reunião, a
684 gente traga uma resposta técnica para atender essa demanda recorrente do
685 senhor.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Me permita um
686 comentário? Eu até entendo, lógico, tem uma pertinência total com a Diretoria de
687 Unidades de Conservação, mas também com a de Compensação, especialmente.”
688 Ana Carolina França Seleme Azevedo/IEF: “Sim. A gente articula aqui, e na medida
689 do que for necessário faremos a interface com as outras gerências e até, se for o
690 caso, com as outras diretorias do IEF, mas de forma que consigamos trazer uma
691 clareza para o senhor na nossa próxima reunião. Fica esse compromisso aqui com
692 o senhor neste momento.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Muito
693 obrigado. Eu fico à disposição também.” Ana Carolina França Seleme Azevedo/IEF:
694 “Em relação à demanda do Sr. Luiz Gustavo, da Amda, conselheiro, é sobre a
695 demanda, na reunião passada, dos valores de compensação do Snuc. Certo?”
696 Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Sim. Eu gostaria que vocês
697 trouxessem quanto, ao longo dos anos, o governo do Estado investiu em
698 regularização fundiária e quanto está contingenciado pelas compensações.” Ana
699 Carolina França Seleme Azevedo/IEF: “Ok. Esses valores, ainda não conseguimos
700 fazer total levantamento, porque o senhor pediu ao longo dos anos, e essa demanda
701 não é só nossa, precisamos também de outras secretarias. Então eu vou pedir para
702 o senhor um prazo maior, mas também vamos trazer no momento oportuno, assim
703 que conseguirmos um levantamento completo dessas informações, trazer para o
704 senhor os dados solicitados. Não se trata de um não atendimento à sua demanda,
705 mas, sim, de uma demanda que precisamos de tempo para atualizar todos esses
706 dados.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Vocês poderiam trazer
707 para a próxima reunião pelo menos o do governo atual?” Ana Carolina França
708 Seleme Azevedo/IEF: “Eu vou fazer o possível. Não posso dizer que sim,
709 conselheiro, porque não depende só do IEF. Se estivesse só dentro da minha
710 governança, eu diria ao senhor que sim.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira
711 da Silva: “Posso solicitar pela Transparência? Porque aí vocês teriam 30 dias para
712 cumprir o prazo. Correto?” Ana Carolina França Seleme Azevedo/IEF: “Poderia. O
713 senhor pode pedir como o senhor preferir.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira
714 da Silva: “Presidente, existe algum modo que eu posso pedir por Lei da
715 Transparência ou via Conselho um prazo de 30 dias, pelo menos do governo atual?
716 Porque é uma demanda que já tem 30 dias que foi feita, e não tem um prazo para
717 trazer. Então via Conselho eu poderia solicitar via Transparência, fazer um ofício?
718 Posso escrever hoje mesmo e encaminhar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
719 Trovão: “Eu entendo que o senhor pode solicitar via Portal da Transparência
720 informando que é conselheiro desta Câmara e que tem interesse em saber da
721 disponibilidade desse recurso, do que está contingenciado ou não. O senhor pode
722 fazer via Portal da Transparência, sem problema algum. A questão que a Ana está
723 colocando é que isso deve levar, inclusive, uma consulta à Seplag, porque nós não
724 temos realmente esses valores. Salvo engano, caem no caixa único. É até uma briga
725 nossa em relação que as reservas sejam mantidas aqui no órgão ambiental, mas

726 não é isso que acontece. Então é por isso que esse prazo para nós tem que ser
727 diligenciado. Mas, se você fizer isso via Portal da Transparência ou qualquer outra
728 questão, será respondido ao senhor devidamente no prazo legal.” Conselheiro Luiz
729 Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Eu aguardo a Ana providenciar. Eu acharia que
730 talvez tivesse algum mecanismo mais rápido. Mas eu aguardo, Ana. Muito
731 obrigado.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Na verdade, não tem a ver
732 diretamente com os assuntos, eu não coloquei em destaque porque, na verdade, é
733 uma informação, digamos, paralela. Como nós estamos na Câmara de Proteção à
734 Biodiversidade, e eu acho que nós tratamos muito aqui de questões relacionadas a
735 compensações, pagamentos dessas compensações ambientais das empresas, eu
736 gostaria de destacar que um dos processos citados aqui hoje, que foi no item 6.6,
737 JMN Mineração S/A, Mina Morro dos Coelhos, foi objeto de uma anuência nossa, a
738 nossa equipe técnica se debruçou sobre ele, e na avaliação que fizemos nós
739 deferimos a anuência; gerou uma série de condicionantes, uma delas muito
740 importante, porque foi identificada na área de influência direta e na área de influência
741 indireta a presença de uma espécie de primata, um bugio do gênero Alouatta. Nós
742 solicitamos, obviamente, dentro da condicionante, um programa de monitoramento
743 dessa espécie, porque entendemos que a dinâmica do empreendimento minerário,
744 já que estamos falando tanto aqui de impacto de vizinhança, de certa forma, nós
745 entendemos que no contexto apresentado, com certeza, haveria, digamos, a
746 dinâmica de mudança de ocupação da área em função do empreendimento. Então
747 nós solicitamos como condicionante um programa de monitoramento robusto.
748 Entendo que a empresa está envidando esforços para implementar, à medida que
749 o procedimento de licenciamento tem caminhado a empresa tem envidado esforços
750 para esse programa, esse projeto. E eu gostaria de ressaltar, é muito importante
751 isso. Eu acho que muitas vezes as empresas – estou falando isso quanto à nossa
752 instituição, o Ibama – vêm aqui, em relação à questão dos custos e tal, mas eu
753 gostaria de ressaltar a importância que tem esses programas ambientais
754 relacionados à biodiversidade. E as informações que nos são trazidas, como a todos
755 aqui que são técnicos da área ambiental, como eu. Temos vários aqui no Conselho.
756 E como são importantes essas informações para tomada de decisões de uma
757 paisagem muito mais completa, que é justamente a questão de proteção da
758 biodiversidade. Por isso que eu acho importante e gostaria de ressaltar a
759 importância do que a empresa está fazendo. E deixando claro que, muitas vezes,
760 quando se veem as questões dos gastos, dos custos, que obviamente são, digamos
761 assim, um ônus financeiro para a empresa, mas eu acho que temos que encontrar
762 um caminho de sinergia, que envolva desenvolvimento econômico e, obviamente,
763 uma palavra tão batida, mas sustentável. Para mim, sustentabilidade é isso, é você
764 procurar informações e definir informações que vão ajudar até na gestão do
765 empreendimento. E devo deixar claro aqui, como Ibama, eu sempre entendi
766 qualquer procedimento autorizativo, de anuência ou de licenciamento ambiental,
767 não é um mero ato de balcão. Sempre eu acho que é bom reforçar essa questão,
768 porque muitas vezes, vou usar o termo, quem está do lado de lá às vezes entende

769 'é mais um cumprimento de obrigação que temos que fazer'. Agora hoje estamos
770 vivendo um contexto muito mais complexo no âmbito ambiental. E várias vertentes
771 do empresariado têm, digamos, aberto a mente para isso. Nós vimos a manifestação
772 recente de pelo menos 300 empresários pelo meio ambiente. Eu não sou porta-voz
773 do empresariado, mas o que entendo é que existe uma grande parcela do
774 empresariado que já acordou para essa questão e está ciente disso. E eu acho que
775 são exemplos e iniciativas que devem ser aplaudidos e comemorados." Conselheiro
776 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: "A fala do colega Luiz Gustavo me lembrou
777 ocasiões do início do nosso mandato neste Conselho, na CPB, lá no início de 2020,
778 quando nas primeiras reuniões eu perguntei ao senhor que então estava presidindo
779 a reunião, se não me engano o Cláudio, em mais de uma ocasião. Estávamos
780 chegando à CPB. Enfim, eu fazia perguntas em relação aos critérios de aplicação
781 dos recursos de compensação ambiental para regularização fundiária, se havia
782 critérios, montante de recursos, montante via Snuc, via compensação de Mata
783 Atlântica, se haveria links de unidade de conservação, quais os critérios que
784 precisariam seguir para definir uma unidade ou outra. Depois que eu fui entender
785 que, na verdade, boa parte do que votamos aqui acaba sendo contingenciado pelo
786 Estado. Pelo meu entendimento, me parece que mais a compensação de Mata
787 Atlântica é o recurso efetivo que está com vocês no IEF. Eu só quero pontuar que
788 essa busca por ter mais transparência na aplicação desses recursos, não só para
789 regularização fundiária, mas também para pesquisa, para outras formas previstas
790 no POA, é uma pergunta antiga também, que vem desde o início desta composição
791 deste Conselho." Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: "Só reforçar junto aos
792 conselheiros, o que já falamos na reunião passada, sobre o curso de capacitação
793 de conselheiros. Nós estamos com o segundo curso disponível para os senhores, o
794 curso Práticas. Estamos nos colocando à disposição dos senhores pela Secretaria
795 Executiva para esclarecimento de qualquer dúvida, dúvida em relação ao acesso e
796 senha para poder entrar na plataforma Trilhas do Saber. Estamos à disposição. É o
797 mesmo e-mail do qual os senhores recebem as convocações. Tem um módulo muito
798 especial nesse curso Práticas, que é sobre o SLA. Ficou bem didático, bem
799 interativo. Tem os vídeos do que é o Sistema de Licenciamento Ambiental, como
800 acessar, como os senhores conselheiros podem ter acesso a esses dados. A equipe
801 da Dereg já está realizando apresentação em algumas reuniões. Ainda não
802 trouxemos aqui à CPB por causa do volume de processos na pauta, mas de repente
803 na próxima reunião conseguimos trazer essa apresentação para os senhores. Mas
804 entrem, façam o curso. O curso está bem bacana e foi preparado com muito carinho,
805 assim como o curso introdutório. No meu 'COPAM, onde ficam as reuniões, tem um
806 submenu 'capacitação dos conselheiros', e lá tem todas as orientações e
807 informações que os senhores precisam. E nós estamos aqui à disposição também."
808 Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri
809 Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
810 sessão, da qual foi lavrada esta ata.
811

812
813
814
815
816
817
818

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente suplente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas